

## **Sessão 2: Políticas públicas e ferramentas econômicas para o desenvolvimento sustentável**

### **Certificação de produtos florestais não-madeireiros e desenvolvimento sustentável de comunidades extrativistas: necessidade de integração entre políticas públicas e privadas**

#### **Contexto de estudo**

Este artigo propõe, num primeiro momento, uma revisão bibliográfica sobre propostas de certificação aplicadas aos produtos florestais não-madeireiros, com o objetivo de identificar e analisar as relações existentes entre os projetos de certificação e aqueles voltados para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais.

São apresentados inicialmente os principais certificados que surgiram nas últimas décadas com o objetivo de diferenciar produtos, processos e/ou serviços que foram concebidos de acordo com critérios sociais, ecológicos e econômicos sustentáveis. De um breve histórico e apresentação dos objetivos centrais destes selos, tenta-se identificar a sua aplicação dentro de organizações sociais representativas de diferentes comunidades e populações tradicionais brasileiras. Ao se relacionar populações tradicionais e certificados sustentáveis, diversos casos podem ser listados. Entretanto, ao se buscar uma relação entre as políticas atuais para o desenvolvimento destas populações e aquelas visando, por exemplo, a introdução dos selos orgânicos, de comércio justo e para manejo florestal, observa-se que a atuação do setor público ainda é pequena com relação aos selos de certificação. As políticas para implementação de selos e certificados têm partido principalmente de projetos e iniciativas de organizações privadas ou não-governamentais.

Em uma segunda parte do artigo, os resultados de dois estudos de caso com cooperativas de castanheiros dos estados do Acre e do Amapá são apresentados. No estado do Acre, foram analisados os casos das cooperativas Caex, Capeb e Cooperacre, e no estado do Amapá, da cooperativa Comaru, a única no estado a ter um certificado para manejo florestal. Por fim, a falta de integração entre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de populações tradicionais e aquelas voltadas para a certificação dos produtos destas comunidades é discutida.

A castanha-do-brasil ou castanha-do-pará é um dos produtos florestais não-madeireiros mais exportados pelo Brasil, havendo registros que datam do século XVIII. Entretanto, o país perdeu a liderança no mercado internacional para a Bolívia. Além da Bolívia, o Peru também vem ganhando participação nas exportações dessa castanha, que, para não associar o produto apenas ao Brasil, passou a ser comercializada como castanha-da-amazônia, denominação justa, pois as áreas de maior ocorrência do produto encontram-se de fato entre a Bolívia, o Brasil e o Peru. O crescimento das exportações de castanha pela Bolívia e pelo Peru está mais associado às políticas locais de incentivo ao desenvolvimento de pequenas usinas, mas também à inserção dos castanheiros nos mercados de comércio justo, orgânico ou de manejo florestal.

#### **Principais tipos de Certificação:**

##### **Certificação Florestal**

Para obter a certificação florestal, a empresa ou comunidade é avaliada segundo os padrões de desempenho ambiental, social e econômico estabelecidos pelo Conselho de Manejo Florestal - FSC (Forest Stewardship Council), instituição internacional, sem fins lucrativos, formada por representantes de diversas entidades internacionais. No Brasil, o Programa de Certificação

Florestal do Imaflora, representa o Programa SmartWood da [Rainforest Alliance](#) – ONG credenciada pelo FSC e pioneira em certificação florestal. Através dessa parceria, o Imaflora avalia empreendimentos com fins de certificação FSC.

### **Certificação Orgânica**

A Lei 10.831, que define a produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil foi criada em 2004, porém o decreto que regulamenta a Lei dos Orgânicos ainda aguarda regulamentação desde dezembro de 2005. Segundo a lei, “considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (Brasil, 2003).

A legislação brasileira considera ainda como sistema orgânico de produção aquele que adota técnicas específicas de uso racional dos recursos naturais, com respeito à integridade cultural das comunidades rurais, de modo a garantir desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental. A lei é considerada genérica e necessita da regulamentação para atender exigências internacionais que permitam ampliar as exportações brasileiras, por exemplo.

### **Certificação em Comércio Justo (*Fair Trade*)**

A definição da expressão e da atividade foi ajustada em 2001, na Conferência Anual da Federation of Alternative Trade (IFAT), uma entidade criada na Holanda, em 1991, que congrega quase 160 organizações e produtores de comércio justo, representando da produção à venda, em 50 países.

Existem no Brasil dez grupos certificados como *fair trade* por uma das maiores certificadoras internacionais do mundo. A FLO (*Fair Trade Labelling Organizations International*) trabalha com 375 organizações certificadas, englobando cerca de 800 mil famílias na África, Ásia e América Latina. Os grupos nacionais representam menos de 5% dos existentes na América Latina. A Bolívia possui 16 grupos certificados, enquanto que a Colômbia possui 18.

Entre os objetivos do comércio justo, tem-se:

- Utilizar práticas que fortaleçam a ética, a transparência e a co-responsabilidade entre os atores da Cadeia de Produção e Comercialização, especialmente entre produtores e consumidores;
- Contribuir para a construção de relações econômicas solidárias;
- Praticar níveis de remuneração e preços justos;
- Considerar a diversidade cultural e valorizar o conhecimento das comunidades tradicionais nas transações comerciais;
- Fomentar a integração efetiva entre produtores e consumidores, para a construção coletiva do desenvolvimento sustentável;
- Promover as práticas de produção, comercialização e consumo que fortaleçam a justiça social, a preservação ambiental e a defesa da saúde humana;

### **Políticas Públicas e Privadas envolvendo estes certificados no Brasil**

As políticas públicas de apoio aos produtores para a certificação têm avançado consideravelmente nesta última década, entretanto, em se tratando de produtos florestais não-madeireiros, discute-se muito sobre as condições impostas às organizações de extrativistas. Muitas vezes, para garantir as exigências de certificação de um produto, os extrativistas devem dedicar grande parte de seu tempo de trabalho nessas atividades, comprometendo a obtenção de outros produtos ou realização de serviços que compõem a renda não-monetária dos extrativistas. Além disso, os custos – diretos e indiretos – para obtenção e manutenção dos certificados, muitas vezes tornam as organizações inadimplentes. Entre os custos diretos, tem-se as avaliações preliminares e de monitoramento, eventuais taxas anuais e utilização de logomarca do organismo certificador. Os custos indiretos podem ser representados por consultorias, compras de equipamentos e materiais, regularização legal e capacitação.

### **Políticas Públicas para populações tradicionais**

No eixo estratégico para Fomento e Produção Sustentável da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem-se a proteção e valorização das práticas e conhecimentos tradicionais; o reconhecimento e fortalecimento das instituições e formas de organização social; o apoio e valorização das formas tradicionais de sociabilidade e fomento e implementação de projetos de produção sustentável. É neste último eixo onde é proposto o fortalecimento de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais que garantam a elaboração de estudos de mercado, beneficiamento e certificação para produtos oriundos dos territórios tradicionais.

Nos produtos considerados da sociobiodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente considera que os mercados orgânicos e de comércio justo apresentam-se como oportunidades, além dos produtos com certificado de manejo florestal – principalmente os madeireiros. Porém, grande parte das políticas associadas à certificação de produtos de populações tradicionais é estimulada pelo próprio mercado, ou seja, pelas empresas interessadas em comprar e vender produtos com selos de comércio justo, orgânico ou de manejo florestal, ou pelos organismos certificadores, em parceria com organizações não-governamentais com atuação nas áreas habitadas por populações tradicionais.

### **Estudo de caso em dois estados amazônicos**

Nas cooperativas estudadas, observou-se uma maior disseminação das práticas associadas à certificação no estado do Acre, possivelmente justificado por uma integração entre as ações do governo local e os projetos de certificação comandados por organizações não-governamentais. No Projeto Castanha, uma iniciativa liderada pela WWF-Brasil e executada por associações locais, sob coordenação do Instituto Ecoamazon, está prevista a inclusão gradativa das cooperativas locais nos projetos de certificação orgânica e *fair trade*. Entre 2001 e 2004, 30 famílias associadas à cooperativa Capeb, de Brasiléia e Eptaciolândia, participavam do projeto. Em 2006, foram incluídos os associados das cooperativas Caex (Xapuri) e Cooperacre (Rio Branco), aumentando o número de famílias para 260. A meta do projeto é que, até 2008, essas três cooperativas obtenham as certificações orgânica, de comércio justo e de manejo florestal.

No estado do Amapá, apesar de existirem três cooperativas que beneficiam a castanha-do-brasil e seus derivados, apenas a cooperativa Comaru, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, possui o certificado para manejo florestal, fornecido pelo FSC. A cooperativa foi apoiada por uma grande empresa nacional de cosméticos, que tem a castanha como carro-chefe de uma linha de produtos ecológicos. As

outras duas cooperativas do estado, Cooperalca e Comaru, apesar de terem buscado parcerias para o apoio a projetos de certificação, ainda encontram dificuldades para atendimento da demanda dos mercados internacionais, principais clientes de produtos com certificação orgânica e de comércio justo. Neste ano, foram organizadas diversas oficinas para capacitação dos castanheiros em boas práticas de coleta, armazenagem e transporte de castanha. Entretanto, muitos dos castanheiros que participaram das oficinas ainda possuem grandes dívidas com os atravessadores locais, comprometendo a entrega de castanhas para futuros clientes do comércio justo. Tem-se assim um ciclo vicioso, onde as cooperativas, após conseguirem a certificação necessária para entrarem em determinados nichos de mercado, não conseguem atender às demandas dos clientes, pois os castanheiros já comprometeram parte de sua coleta com os atravessadores.

Nesse contexto, sem uma associação das políticas públicas para financiamento da coleta, como já vem ocorrendo entre a Companhia Nacional de Abastecimento e as cooperativas do Acre, dificilmente os projetos para obtenção de certificados contribuirão para o desenvolvimento das comunidades locais. Além de financiamento para a safra, deve ser investido na formação gerencial dos associados e na infra-estrutura logística, tanto nas usinas de beneficiamento, quanto em áreas de estocagem coletivas e individuais, assim como no transporte dos produtos até as usinas. Enquanto os castanheiros não tiverem acesso ao transporte de seus produtos, as compras serão efetuadas pelos agentes mais estruturados. Até o presente momento, os atravessadores possuem uma melhor infra-estrutura de escoamento que as cooperativas e associações de castanheiros.

Mesmo no Acre, onde as cooperativas possuem um número considerável de certificados, a dificuldade para financiarem a ida dos castanheiros para a coleta na floresta ainda permite que parte dos produtos coletados dentro dos princípios da certificação orgânica ou para manejo florestal seja ainda vendida aos atravessadores. Um dos principais problemas é que os recursos para as cooperativas pagarem o adiantamento da safra aos castanheiros chegam depois que os atravessadores já repassaram algum adiantamento para os castanheiros e estes permanecem endividados o restante da safra.

A certificação, em si, não é, portanto, solução para o desenvolvimento local sustentável. Ela deve estar acompanhada de um projeto de formação e capacitação dos extrativistas, que envolva principalmente e das gerações mais novas, para que assim tomem consciência da importância e do valor econômico dos seus produtos. Deve haver também um maior incentivo à agregação de valor local desses produtos. A maioria dos produtos certificados é vendida in natura ou então são apenas pré-beneficiados. A parte mais importante da agregação de valor aos produtos ainda é, na maioria dos casos, efetuada em unidades industriais, com infra-estrutura mais adequada para atender às demandas dos grandes mercados.